



MERCADO FINANCEIRO

Dinheiro já custa 190% ao ano!

Saiba porque o custo do dinheiro emprestado já atingiu os incríveis 190% ao ano

Antonio Armando

Um dos pontos fundamentais da crítica à política econômica do ex-ministro Mario Henrique Simonsen desenvolvida pelo ministro Delfim Netto durante os primeiros meses do governo Figueiredo dizia respeito ao nível das taxas de juros no mercado financeiro.

Segundo o raciocínio do então ministro da Agricultura, as taxas de juros reais cobradas pelo setor financeiro nas operações de crédito eram duplamente inflacionárias: primeiro como um fator de custo na formação de preços no setor real (comércio, indústria e serviços) e, segundo, como inibidor da atividade econômica, aumentando com isto a capacidade ociosa do setor produtivo (e portanto gerando mais inflação pelo aumento dos custos unitários de produção).

Uma vez levado ao posto de czar supremo da economia nacional, tratou o ministro Delfim Netto de pôr em prática suas idéias sobre taxas de juros. Utilizando principalmente as chamadas "operações de open market" o ministro promoveu uma redução drástica na remuneração dos títulos públicos (que representam o patamar inferior da estrutura de taxa de juro do mercado financeiro). Posteriormente, impôs um tabelamento às taxas de juros cobrados pelos bancos em níveis bastante inferiores à inflação da época, configurando, com isto, uma situação de juros reais negativos, (isto é, o custo que as empresas pagavam pelo dinheiro tomado emprestado era menor que o aumento de preços praticado por estas mesmas empresas).

Hoje, passado pouco mais de um ano da blitzkrieg delfiniana sobre os redutos do ex-ministro Simonsen, assiste a sociedade brasileira ao ressurgimento da chamada "realidade das taxas de juros", através da liberação total do custo das operações de empréstimos em cruzeiros. Para os empresários, principalmente os nacionais, esta "nova" política representa a volta aos juros escorchantes, aos saldos médios de 50%, à

compra compulsória de ações dos bancos que lhe emprestam dinheiro e principalmente à redução de suas margens de lucro pela transferência de renda do setor produtivo para o setor financeiro da economia.

Entretanto, como a história dificilmente se repete, a liberação dos juros vem desta vez acompanhada de um controle quantitativo de crédito, isto é, o volume de empréstimos que os bancos podem oferecer a seus clientes não pode crescer mais do que um valor fixado pelo governo. É evidente que este controle do crescimento dos empréstimos bancários vai aumentar o poder de barganha dos bancos junto a seus clientes.

Para a maioria das empresas nacionais, a situação é difícil com o dinheiro caro, mas insustentável sem dinheiro algum para pagar as contas. O reflexo desta situação já pode ser sentido no aumento da remuneração dos bancos em suas operações que passaram de cerca de 10% ao ano, antes da liberação, para algo como 30 a 40% ao ano nos dias de hoje. Não são poucos os suspiros saudosos de empresários quando se fala nas taxas de juros praticadas pelos bancos na época do ex-ministro Simonsen.

As principais causas da alteração da política de taxas de juros

Diversas são as causas que levaram o governo a promover radical alteração de sua política de controle das taxas de juros.

A exacerbação do consumo, especulação com estoques por parte das empresas, o desenvolvimento de mercados ilegais de aplicação de poupanças (como o mercado negro do dólar) são os motivos apresentados como relevantes na decisão do governo.

Entretanto, parece importante analisar o fator que influenciou decisivamente a decisão das chamadas autoridades monetárias e que, aparentemente, pouco tem a ver com a realidade econômica do Brasil: as condições do mercado financeiro nos países capitalistas desenvolvidos no Ocidente.

A dependência da política econômica brasileira em relação aos principais países capitalistas e especialmente em relação às suas políticas econômicas é uma das principais consequências do alto endividamento externo atual do Brasil. A definição dos principais itens da política econômica do governo brasileiro passa a incorporar este novo nível de dependência.

O exemplo do acontecido com a liberação das taxas de juros é bastante didático: essa decisão foi tomada para adequar os níveis das taxas de juros no Brasil aos praticados principalmente no mercado do eurodólar e nos mercados americano e inglês.

Esta equalização das taxas é condição necessária, embora não seja suficiente, para que o Brasil consiga captar no exterior os recursos necessários ao equilíbrio de seu balanço de pagamentos.

O equilíbrio das contas externas do Brasil em 1981

A necessidade de tomada de empréstimos em moeda estrangeira, de modo a equilibrar o balanço de pagamentos brasileiro em 1981, está estimada em cerca de 20 bilhões de dólares (desde que os investimentos diretos de empresas estrangeiras cheguem ao patamar de US\$ 2 bilhões como espera o governo). Este volume de empréstimos deverá ser coberto em parte por bancos de fomento, como o Banco Mundial e o

BID, e em parte por financiamento de importações (os chamados Suppliers Credits), devendo o saldo de cerca de US\$ 16 bilhões ser obtido nos mercados internacionais de crédito. As chamadas empresas estatais e agências do governo deverão ser responsáveis por um total de cerca de 6 a 7 bilhões de dólares, ficando o saldo restante a ser obtido por conta de operações financeiras de empresas privadas nacionais e multinacionais.

Dada a instabilidade do mercado internacional de capitais, com as taxas de juros fluando erraticamente, e em função também da pouca confiança na política cambial do governo brasileiro, os empréstimos em moeda estrangeira são pouco atrativos para as empresas. É evidente que as empresas do governo cumprirão compulsoriamente sua parcela, independente de análise do risco e custo efetivo destas operações.

O setor privado, porém, só terá interesse em recorrer ao mercado internacional se as condições de tais operações lhes forem favoráveis. Fica claro, portanto, que as condições do mercado interno de crédito deverão apresentar custos superiores aos praticados no exterior (veja comentário sobre o custo das operações de crédito em cruzeiros e dólares), para que os empresários sejam compelidos a buscar dinheiro lá fora.

Um exemplo significativo desta interdependência entre o mercado de crédito interno e o externo pode ser encontrado durante o primeiro semestre de 1980. A implantação do controle dos juros bancários internos pelo ministro Delfim Netto coincidiu com a brusca elevação das taxas de juros nos Estados Unidos e no mercado de eurodólares, fazendo com que praticamente cessassem as operações em moedas estrangeiras. Esta brusca interrupção do fluxo financeiro do exterior foi uma das causas principais das agudas dificuldades encontradas pelo Brasil para fechar suas contas externas em 1980.